



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS  
AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - Bairro CIDADE JARDIM - CEP 30380000 - Belo Horizonte - MG

## EDITAL

### **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

### **AMPLA CONCORRÊNCIA**

**SEI Nº 0012777-67.2024.6.13.8000**

**PREGÃO ELETRÔNICO: 90049/2025**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 10/09/2025 às 14h (horário de Brasília)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item**

**MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado**

**VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 140.404,31 (cento e quarenta mil quatrocentos e quatro reais e trinta e um centavos)**

Torna-se público que a UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, UASG 070014, com sede na Av. Prudente de Moraes, nº 100, Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte, inscrito no CNPJ sob o n.º 05.940.740/0001-21, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1. **DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação de serviços de consertos de estofamento e manutenção de cadeiras, poltronas, sofás e mobiliário corporativo da marca Giroflex, efetuando a troca de espumas, tecidos, e/ou peças acessórias, renovando o bem, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

## 2. **DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte e equiparadas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2. Para fins deste Edital, consideram-se como equiparadas às microempresas e empresas de pequeno porte, os microempreendedores individuais - MEI, conforme art. 18-E, §3º, da Lei Complementar nº 123/2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

2.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar a inabilitação na fase correspondente no momento da habilitação.

### 2.7. **Não poderão disputar esta licitação:**

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de

adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.6. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição, nos termos do Acórdão TCU - Plenário nº 2426/2020;

2.7.7. agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o subitem 2.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A vedação de que trata o subitem 2.7.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos legais, o que o tornará apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos [arts 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

3.6. A falsidade da declaração de que tratam os subitens 3.3 a 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. **Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo**, quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo mesmo no sistema.
- 3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma dos subitens 3.10 e 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 3.15. O licitante provisoriamente vencedor deverá apresentar amostra dos revestimentos, de dimensões 10 cm x 15 cm, contendo costura dupla (conforme padrão dos móveis) percorrendo todo o centro da peça no seu sentido longitudinal, na Seção de Projetos/SEPRO do TRE-MG, situada na Av. Prudente de Moraes, nº 320, 2º andar, Bairro Cidade Jardim, em Belo Horizonte/MG, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da data da solicitação do pregoeiro.
- 3.15.1. A amostra deverá ser identificada com os seguintes dados: nome da empresa, endereço, telefone, número do Pregão Eletrônico.
- 3.15.2. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.
- 3.15.3. A amostra poderá ser retirada na Seção de Projetos do TRE/MG, após a homologação do certame, caso reprovada.

#### 4. **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor unitário e total dos serviços;
- 4.1.2. Descrição da prestação dos serviços, contendo as informações de acordo com os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação. Caso a adjudicação não possa ocorrer dentro do período de validade da proposta, por motivo de força maior, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais poderá solicitar a prorrogação geral da validade por, no máximo, igual período.
- 4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 4.10. O descumprimento das regras contidas neste título, por parte dos licitantes, poderá ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#), e pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 5. **DA ABERTURA DA SESSÃO, APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01 (um centavo).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

- 5.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto e fechado"**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.11. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17. Quando a **desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro(a) aos participantes**, no sítio Compras.gov.br.
- 5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.19. Encerrada a etapa de lance, será efetivada, de forma automática, junto à Receita Federal, a verificação do porte das entidades empresariais participantes do processo licitatório. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para **desempate**, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a melhor classificada, nos termos do subitem anterior, desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta reformulada assinada**, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, por meio da opção "Enviar/Anexo" do site [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

5.21.5. A proposta reformulada deverá conter as informações abaixo:

- a. razão social do proponente, número de inscrição no CNPJ, endereço completo, número do telefone, número do celular do representante, e-mail, número da conta bancária, número e nome da agência e do respectivo banco;
- b. especificação do(s) serviço(s) ofertado(s), incluindo todas as suas características ;
- c. os prazos exigidos no Termo de Referência;
- d. valores unitários e totais dos serviços, em algarismos e por extenso, prevalecendo o último em caso de divergência;
- e. prazo de validade da proposta, nos termos do subitem 4.8.

Parágrafo primeiro: A proposta que omitir os prazos mencionados acima não será desclassificada, mas considerada de acordo com os mesmos.

Parágrafo segundo: É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido no subitem 5.21.4, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21.6. **O licitante melhor classificado, em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte e equiparadas, deverá encaminhar, juntamente com a proposta reformulada, declaração de observância do limite disposto no § 2º, do art. 4º da Lei nº**

**14.133/2021.**

5.22. O licitante deverá atentar para que, no momento da aceitação da proposta, caso o(s) valor(es) unitário(s) que originou(aram) o preço total proposto contenha(m) mais de duas casas após a vírgula, AS CASAS DECIMAIS EXCEDENTES SERÃO DESCONSIDERADAS PELO(A) PREGOEIRO(A), AINDA QUE SEJA REDUZIDO O PREÇO TOTAL DO ITEM, sendo esta alteração considerada uma negociação.

5.23. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de julgamento da proposta.

5.24. O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

**6. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no subitem 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

6.1.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU. (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:109279835110804::NO:3,4,6::>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, em obediência ao [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs e equiparadas, o(a) Pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 2.2.1 e 3.5 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).



6.7. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
  - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. São indícios de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprovem:
    - 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
    - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. **DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. **Habilitação jurídica:**

- 7.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 7.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);
- 7.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 7.1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

7.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2. **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**

7.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples;

7.3.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7.3.3. A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

7.3.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais** e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

7.3.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total efetivo da contratação.

7.3.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (art. 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021), nas mesmas condições formais exigidas acima (assinaturas, registro, etc.). Para habilitação, tais empresas deverão comprovar o capital social mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor total efetivo da contratação.

7.3.7. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.3.8. O atendimento dos índices econômicos previstos acima poderá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo prestador de serviços.

7.3.9. Caso a empresa esteja cadastrada no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, deverá apresentar a seguinte documentação:

I - Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital;

II - Balanço Patrimonial "Escrituração Contábil Digital - ECD", nos termos do art. 5º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.003/2021;

III - Demonstrativo de Resultado do Exercício;

IV - Termo de Autenticação do Livro Digital.

7.3.10. As microempresas, empresas de pequeno porte, e equiparadas, , bem como os Microempreendedores Individuais - MEI, conforme Acórdão TCU nº 133/2022 - Plenário, estão dispensadas do balanço patrimonial apenas para fins fiscais. Assim, para a presente licitação, é OBRIGATÓRIA a apresentação desta peça, dispensando-se apenas a publicação e a sua transcrição no livro diário.

#### 7.4. **Qualificação Técnica**

7.4.1. Um ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a prestação de serviços de características semelhantes.

- I. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- II. O prestador de serviços disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.5. No caso da participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.5.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.6. No caso de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.6.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.7. Os documentos apresentados pelos licitantes poderão, se necessário, ser apresentados por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.10. **O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.11. A avaliação prévia dos itens a serem reparados é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 13 horas às 18 horas.

7.11.1. A vistoria deverá ser agendada com a SEPRO – Seção de Projetos, através do telefone 3307-1612, no horário de 13 horas às 18 horas, de segunda à sexta-feira.

7.11.2. No lugar do ATESTADO DE VISTORIA PRÉVIA, o licitante poderá apresentar DECLARAÇÃO em que manifeste **CONHECER AS CONDIÇÕES DOS ITENS A SEREM REPARADOS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO E ENTREGA DOS SERVIÇOS**, suprindo, nesse caso, a necessidade de Visita Técnica ao local dos serviços.

7.11.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes pertinentes à prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.12. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.15. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.16. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.16.1. **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a).**

7.17. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.18. As microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas, havendo alguma restrição em sua comprovação da **regularidade fiscal ou trabalhista**, quando classificada em primeiro, lugar terá prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis, contado da decisão do(a) Pregoeiro(a) que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.19. A critério do(a) Pregoeiro(a) e desde que tenha sido requerido pela licitante, o prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período.

7.20. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

7.21. **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após solicitação do(a) Pregoeiro(a), para:

7.21.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.21.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Parágrafo Único: O(a) pregoeiro(a) poderá, em sede de diligência, solicitar a inclusão de documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante quando apresentou sua proposta e não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha.

7.22. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.23. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.16.1

7.24. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## 8. **DOS RECURSOS**

8.1. Qualquer licitante poderá, no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando, findo o prazo, a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

8.2. A apresentação das razões pela recorrente será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

8.3. A apresentação de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

8.4. Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no §1º, inciso II do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

8.6. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será enviado à autoridade competente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais para adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

8.7. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados. Para tanto, as empresas interessadas deverão entrar em contato com a Seção de licitações - SELIC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, pelos telefones (31) 3307-1288, (31)3307-1925 ou (31) 3307-1130.

8.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## 9. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que:

9.1.1. deixar de encaminhar a documentação solicitada pelo Pregoeiro, exigida no instrumento convocatório, no prazo nele fixado;

9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. deixar de encaminhar a proposta reformulada solicitada pelo Pregoeiro, no prazo fixado no instrumento convocatório;

9.1.2.2. solicitar a desclassificação da proposta.

9.1.3. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou documento equivalente ou, ainda, não entregar a documentação exigida para a contratação no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar da solicitação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa em qualquer etapa do processo de contratação.

9.1.5. fraudar a licitação.

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. multa;

9.2.2. impedimento de licitar e contratar e

9.2.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto.

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.3.6. O custo/benefício da instrução do processo em relação à sanção a ser aplicada.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para a infração prevista no subitem 9.1.1 a multa será de 0,5% a 1% do valor do contrato licitado;

9.4.2. Para a infração prevista no subitem 9.1.2 a multa será de 0,5% a 2,0% do valor do contrato licitado;

9.4.3. Para a infração prevista no subitem 9.1.3 a multa será de 10% do valor do contrato licitado;

9.4.4. Para a infração prevista no subitem 9.1.4 a multa será de 15% do valor do contrato licitado;

9.4.5. Para a infração prevista no subitem 9.1.5 a multa será de 20% do valor do contrato licitado;

- 9.4.6. Para a infração prevista no subitem 9.1.6 a multa será de 20% do valor do contrato licitado;
- 9.4.7. Para a infração prevista no subitem 9.1.7 a multa será de 20% do valor do contrato licitado;
- 9.4.8. Para a infração prevista no subitem 9.1.8 a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do TREMG, caso prevista, nos termos do [§5º do art. 90 da Lei 14.133/2021](#).
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 9.15. Serão observadas, ainda, as penalidades descritas na Cláusula Quatorze do Contrato.
- 9.16. O valor da multa poderá ser descontado dos créditos do licitante ou contratado porventura existentes em razão de quaisquer contratos firmados, ou da garantia depositada, caso prevista, após regular procedimento administrativo, podendo haver a retenção cautelar até o limite do valor da multa abstratamente cominada.

## 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#) ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo fazê-lo exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail: [licitar@tre-mg.jus.br](mailto:licitar@tre-mg.jus.br), até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimento, bem como as respectivas respostas, serão divulgadas em sítio eletrônico oficial no Portal de Compras do Governo Federal no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.
- 10.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 10.5. Os pedidos de esclarecimento ou impugnação encaminhados via e-mail **deverão ter seu recebimento confirmado pelos telefones** (31) 3307-1288, (31)3307-1925 ou (31) 3307-1130.

## 11. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 11.1. A despesa com a presente licitação correrá à conta de créditos orçamentários, na seguinte classificação:
- 11.1.1. ELEMENTO: 3390.39.20 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis de outras Naturezas
- 11.1.2. U.O.: 14.113
- 11.1.3. PTRES.: 167711
- 11.1.4. PROGRAMA DE TRABALHO: 02.122.0033.20GP.0031 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral
- 11.1.5. LEI: 15.121/2025

## 12. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em qualquer caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



- 12.8. Com relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, observar-se-á o disposto na Lei Complementar nº 116, de 31/07/03, e na legislação municipal aplicável.
- 12.9. O resultado da presente licitação será publicado na página do TRE/MG na internet, no seguinte endereço: <http://www.tre-mg.jus.br>.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-1>.
- 12.11. Nos termos do art. 7º, V, da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para fins de execução do objeto licitado, o TRE/MG poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais/preposto(a) da licitante vencedora, inclusive para publicação nos portais de Transparência do TRE-MG, bem como para fins de assinatura eletrônica do instrumento contratual, se for o caso.
- 12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.12.1. ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos;
  - 12.12.2. ANEXO II – Minuta de Contrato e seu anexo;
- 12.13. Outras informações sobre a presente licitação poderão ser obtidas, de segunda a sexta-feira, das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas, pelo telefone: (31) 3307-1288 ou 3307-1920.

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2025

**RODOLFO FRANCISCO CASTRO PACHECO**  
**Secretário de Gestão Administrativa**

**ANEXO I DO EDITAL**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**OBS: Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema eletrônico e as contidas neste Termo de Referência, prevalecerão estas.**

**1. DO OBJETO**

- 1.1 Contratação de serviços de troca de revestimentos danificados e/ou peças acessórias com defeito de cadeiras, sofás e poltronas da marca Giroflex.
- 1.2. O prazo de vigência da contratação se encerrará em 31/07/2026, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.3. Os serviços objeto desta contratação são classificados como comuns, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos nos artefatos, por meio de especificações usuais de mercado.

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)**

Trata-se da contratação de empresa especializada na troca de revestimentos danificados e/ou peças acessórias com defeito de cadeiras, sofás e poltronas da marca Giroflex, adquiridas a partir do ano de 2003, em função da padronização de mobiliário corporativo do TRE-MG.

Adquirido com prazo de garantia de 5 anos, o mobiliário não mais se encontra acobertado por garantia e está em processo de deterioração, especialmente suas partes estofadas, que contam com material mais delicado e exposto às ações do uso constante e limpezas sucessivas.

A contratação proposta tem por objetivo trocar por novos e em perfeito estado os revestimentos danificados e/ou peças acessórias com defeito das cadeiras, sofás e poltronas GIROFLEX e se justifica pelo fato dos móveis não mais estarem acobertados por garantia, somado à inexistência de assistência técnica autorizada após decretada a recuperação judicial da empresa Giroflex.

Para a oferta/aceitação da proposta comercial, deverão ser consideradas e comprovadas as exigências elencadas nas especificações técnicas.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Contratação de serviços de troca de revestimentos danificados e/ou peças acessórias com defeito de cadeiras, sofás e poltronas da marca Giroflex, renovando o bem. O serviço que se pretende contratar é de natureza comum, com padrões objetivamente definidos.

As especificações técnicas trazem materiais resistentes e duráveis, de forma a se evitem reposições em função de desgastes ocasionados pelo uso e exposição a agentes potencialmente nocivos, como produtos de limpeza e fenômenos da natureza. Pelo fato de não terem sido identificados credenciamentos e certificações relativas à sustentabilidade aplicáveis ao objeto, o Termo de Referência não traz tal exigência.

#### **3.1. Descrição do mobiliário (Vide ANEXO I)**

##### **3.1.1. Cadeira Fixa sem braços**

Cadeira Fixa, sem braços, marca Giroflex, linha rembus com revestimento em similicouro cor verde musgo, sem braços, base em aço com acabamento aluminizado.

Quantidade: 3 (três) unidades

##### **3.1.2. Cadeira Giratória sem braços**

Cadeira Giratória, sem braços, marca Giroflex, linha rembus, com revestimento em similicouro cor verde musgo, sem braços, base em aço com acabamento aluminizado.

Quantidade: 66 (sessenta e seis) unidades

##### **3.1.3. Poltrona Giratória sem braços**

Poltrona Giratória, sem braços, marca Giroflex, linha polytrop, modelo 34S66H4001, com espaldar médio, sem braços, revestimento em similicouro verde musgo, partes metálicas com acabamento aluminizado.

Quantidade: 3 (três) unidades

##### **3.1.4. Poltrona Fixa com braços**

Poltrona fixa para interlocutor (coordenador / assessor), com braços, marca Giroflex, linha rembus, com revestimento em similicouro cor verde musgo, com braços, base em aço com acabamento aluminizado.

Quantidade: 1 (uma) unidade

##### **3.1.5. Sofá de três lugares**

Sofá de três lugares, marca Giroflex, em tecido lã xadrez, cor verde jade, com braços em poliuretano, base em aço tubular oval, com acabamento aluminizado - linha dialogo polytrop.

Quantidade: 9 (nove) unidades

**3.1.6. Sofá de dois lugares**

Sofá de dois lugares, marca Giroflex, em tecido lã xadrez, cor verde jade, com braços em poliuretano, base em aço tubular oval, com acabamento aluminizado - linha dialogo polytrop.

Quantidade: 23 (vinte e três) unidades

**3.1.7. Sofá de 1 lugar**

Sofá de um lugar, marca Giroflex, em tecido lã xadrez, cor verde jade, com braços em poliuretano, base em aço tubular oval, com acabamento aluminizado - linha dialogo polytrop.

Quantidade: 5 (cinco) unidades

**3.2. Especificação do material a ser utilizado**

**3.2.1. Para os itens 3.1.1, 3.1.2., 3.1.3. e 3.1.4.: Similicouro**

Similicouro Aero Ativo, texturizado, composição 70% PVC e 30% substrato[1], microperfurado, cor verde musgo, marca Sansuy ou equivalente.

Linha de costura: Linha nylon 40, 100% poliamida, cor verde (cód. 9508), marca Linhanyl ou equivalente.

**3.2.1.1 Alavancas e botões, originais da marca ou similar compatível**

**3.2.2. Para os itens 3.1.5, 3.1.6 e 3.1.7: Tecido**

Tecido strech cor cinza (ref. 1396) marca Lady, linha Creative, ou similar, composição 100% polyester.

Para a composição do material serão admitidas variações de até 5% para mais ou para menos em cada um dos componentes.

**3.3. Localização do mobiliário**

ITEM	PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO
1	50067	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	DEPÓSITO DA SEMPE NO CENTRO DE APOIO Rua Flor de Trigo, 20/24, km 2,5 – BR040 – Bairro Jardim Filadélfia – Belo Horizonte/MG
	39878	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
	39745	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
	39772	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
	39758	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
	39747	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
	39978	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
	39867	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
	36941	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
	37026	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	

39673	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39810	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
57312	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
37037	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39771	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39680	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39940	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39790	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
36955	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
36951	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
73462	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39877	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
57386	POLTRONA GIRATORIA PARA COORDENADOR E/OU ASSESSOR
37097	POLTRONA GIRATORIA PARA COORDENADOR E/OU ASSESSOR
40061	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39983	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50011	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50024	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39992	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39871	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50020	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50028	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39988	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50133	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50012	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
40035	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50013	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50161	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50155	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50061	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39901	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39910	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39702	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES

39915	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	COORDENADORIA EXECUTIVA DA OUVIDORIA - CEO ED. MOZART - AV. DO CONTORNO, 7526 - 5º ANDAR
50092	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39870	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39882	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
50062	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39874	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39886	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39780	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
37039	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
50018	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
37040	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
50019	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39865	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
50202	CADEIRA FIXA PARA INTERLOCUTOR / CHEFIA	
50242	CADEIRA FIXA PARA INTERLOCUTOR / CHEFIA	
37062	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
67471	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
40070	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39990	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39960	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39986	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39829	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
50180	CADEIRA FIXA PARA INTERLOCUTOR / CHEFIA	
39989	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39981	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39849	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
57289	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
30270	POLTRONA GIRATORIA PARA COORDENADOR E/OU ASSESSOR	
39930	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
57404	POLTRONA FIXA PARA INTERLOCUTOR (COORDENADOR / ASSESSOR)	
30347	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM	

	ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	
37191	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SEÇÃO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SATEC ED. MOZART - AV. DO CONTORNO, 7526 - TÉRREO
30352	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SALA DA OAB - SPJ - EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 3º ANDAR
40144	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA - CIS EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - TÉRREO
50304	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA - CIS EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - TÉRREO
30349	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SCS EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 2º ANDAR
92057	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	NSEIS - ED. SEDE - AMPRE EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 3º ANDAR
37198	SOFA EM TECIDO: COM 01 LUGAR, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	NSEIS - ED. ANEXO I - SALA DOS APJ'S EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - TÉRREO
30351	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SEÇÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - SEDOP EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 1. ANDAR
40143	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SEÇÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - SEDOP EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 1. ANDAR
57424	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM	SEDUC - ED. ACAIACA ED. ACAIACA - AVENIDA AFONSO PENA, 867 / 20ºANDAR

	ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	
37192	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SEÇÃO DE PESQUISA E CIDADANIA - SEPEC ED. MOZART - AV. DO CONTORNO, 7526 - 7º ANDAR
37188	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA E JUDICIÁRIA - SPJ EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 8º ANDAR
30346	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	GABINETE DA SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA E JUDICIÁRIA - GSPJ EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 8º ANDAR
50297	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA EXECUTIVA DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL - CEJ ED. MOZART - AV. DO CONTORNO, 7526 - 7º ANDAR
50301	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA EXECUTIVA DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL - CEJ ED. MOZART - AV. DO CONTORNO, 7526 - 7º ANDAR
50294	SOFA EM TECIDO: COM 01 LUGAR, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	GJMIII - GABINETE DE JUIZ MEMBRO DA CORTE III - SALA 03 EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 4º ANDAR
50295	SOFA EM TECIDO: COM 01 LUGAR, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	GJMIII - GABINETE DE JUIZ MEMBRO DA CORTE III - SALA 03 EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 4º ANDAR
37194	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 6º ANDAR
67597	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 6º ANDAR
37197	SOFA EM TECIDO: COM 01 LUGAR, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM	COORDENADORIA DE APOIO À GOVERNANÇA DE PESSOAS - CGP

	ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 1. ANDAR
50296	SOFA EM TECIDO: COM 01 LUGAR, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA DE APOIO À GOVERNANÇA DE PESSOAS - CGP EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 1. ANDAR
50299	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SEÇÃO DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA - SAMEO EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 1. ANDAR
50300	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SEÇÃO DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA - SAMEO EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 1. ANDAR
37189	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	GABINETE DA SECRETARIA DE ELEIÇÕES - GSEL EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 9º ANDAR
27918	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA DE SESSÕES - SALA DE JUÍZES EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 3º ANDAR
27919	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA DE SESSÕES - SALA DE JUÍZES EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 3º ANDAR
30350	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE ELEIÇÕES - SEL EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 9º ANDAR
37193	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE ELEIÇÕES - SEL EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 9º ANDAR
30354	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - SOF EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 10º ANDAR



37195	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - STI EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 2. ANDAR
37196	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	GABINETE DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GSTI EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 2. ANDAR
50302	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO E SISTEMAS - CDS EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 3. ANDAR
37190	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SGA EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 7º ANDAR
30344	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SEÇÃO DE TRANSPORTES - SETRA EDIFÍCIO-ANEXO III - RUA JOSAFÁ BELO, 36
57423	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS - SGS EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 2. ANDAR
50298	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	GABINETE DA SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS - GSGS EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 2. ANDAR

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### 4.1. Da exigência de amostra

O licitante provisoriamente vencedor deverá apresentar amostra dos revestimentos, de dimensões 10 cm x 15 cm, contendo costura dupla (conforme padrão dos móveis) percorrendo todo o centro da peça no seu sentido longitudinal, na Seção de Projetos/SEPRO do TRE-MG, situada na Av. Prudente de Moraes, nº 320, 2º andar, Bairro Cidade Jardim, em Belo Horizonte/MG, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da data da solicitação do pregoeiro.

A exigência de amostra se justifica em razão da necessidade de se aferir, previamente, a qualidade dos revestimentos a serem fornecidos pela contratada e o atendimento às especificações previstas no TR.

**4.1.1.** A amostra deverá ser identificada com os seguintes dados: nome da empresa, endereço, telefone, número do Pregão Eletrônico.

**4.1.2.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

**4.1.3.** A amostra poderá ser retirada na Seção de Projetos do TRE/MG, após a homologação do certame, caso reprovada.

#### **4.2. Garantia, manutenção e assistência técnica**

4.2.1. A CONTRATADA deverá fornecer garantia de, no mínimo, 18 (dezoito) meses dos serviços (compatível com prazo praticado no mercado específico) a contar da data do recebimento definitivo do material pelo TRE-MG.

4.2.2. A CONTRATADA deverá se comprometer a, durante o prazo de garantia, prestar assistência técnica, por meio de profissional especializado.

4.2.3. A garantia é complementar à legal, aplicando-se subsidiariamente as regras da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

4.2.4. A garantia será prestada com vistas a manter o mobiliário em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.2.5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.2.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.2.7. A garantia abrange qualquer reparo ou substituição do bem, a mão de obra especializada para sua execução, bem como todas as despesas relativas à solução do problema, sem ônus para o TRE/MG, exceto se a ocorrência do dano se der por dolo, imperícia ou mau uso por parte de seus/suas servidores/servidoras ou prepostos/prepostas, desde que devidamente comprovados.

#### **4.3 Especificações técnicas**

Deverão ser rigorosamente observadas as especificações técnicas descritas no item 3.2.

#### **4.4 Sustentabilidade**

A contratada deverá executar o serviço objeto deste certame em conformidade com a norma ABNT 13962:2018, que especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação dimensional, da estabilidade, resistência e durabilidade de cadeiras de escritório, de qualquer material.

A opção pelo uso da fibra de poliéster em mobiliário corporativo se deve, além do toque macio e da alta resistência à abrasividade, à característica de ser facilmente higienizado. A resistência do poliéster às substâncias químicas presentes nos produtos de limpeza, principalmente no caso do mobiliário corporativo, amplia bastante a vida útil do mobiliário, sendo vantajoso para a Administração Pública.

Quanto ao uso do similicouro em detrimento ao couro, trata-se de uma alternativa sustentável, pois não requer o uso de peles de animais, além de consumir menos recursos e emitir menos gases de efeito estufa durante a produção do que o couro. Em ambientes corporativos, o similicouro se destaca pela resistência ao desgaste diário e pela facilidade de limpeza.

#### **4.5. Subcontratação**

É vedada a subcontratação total ou parcial da prestação dos serviços.

#### 4.6 Garantia da Contratação

Não é necessária a apresentação da garantia contratual considerando-se a baixa complexidade da contratação e a ausência de impacto na atividade fim do TRE-MG conforme SEI 0001251-40.2023.6.13.8000, documento 3931446.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### 5.1. Dos serviços

5.1.1. Os serviços a serem prestados consistem na substituição completa dos revestimentos danificados dos estofamentos, alavancas e demais itens defeituosos, conforme item 3.2, (assentos e espaldares) de cada um dos móveis, preservando as espumas e demais enchimentos existentes, mantendo as características originais dos bens.

5.1.2. Desta forma, na montagem dos estofamentos deverão ser respeitados os recortes, dimensionamentos e justaposição das partes componentes, bem como os tipos, pontos e distâncias das costuras, conforme os revestimentos originais de cada modelo.

5.1.3. Os serviços deverão ser realizados com a maior perfeição, mediante o emprego de mão-de-obra especializada e executados preservando rigorosamente as características originais do mobiliário, sem que haja ondulações, franzimentos e outras impropriedades em relação aos aspectos físicos específicos dos revestimentos, suas fixações e acabamentos.

5.1.4. Para tanto, a proponente deverá possuir estufa para retirada e recolocação a quente das fitas ABS de acabamento e espumas.

5.1.5. Durante a execução dos serviços deverá ser feita revisão geral e lubrificação dos componentes das cadeiras e poltronas.

5.1.6. Tanto o recolhimento quanto a devolução do mobiliário deverão ser previamente agendados com a SEPRO, uma vez que não será permitida a entrada da CONTRATADA nas dependências do Tribunal sem tais providências.

#### 5.2 Da vistoria

5.2.1. A avaliação prévia dos itens a serem reparados é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 13 horas às 18 horas.

5.2.2. A vistoria deverá ser agendada com a SEPRO – Seção de Projetos, através do telefone 3307-1612, no horário de 13 horas às 18 horas, de segunda à sexta-feira.

5.2.3. No lugar do ATESTADO DE VISTORIA PRÉVIA, o licitante poderá apresentar DECLARAÇÃO em que manifeste **CONHECER AS CONDIÇÕES DOS ITENS A SEREM REPARADOS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO E ENTREGA DOS SERVIÇOS**, suprimindo, nesse caso, a necessidade de Visita Técnica ao local dos serviços.

5.2.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento do mobiliário a ser reformado, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes pertinentes à prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### 5.3 Da retirada dos bens nos setores do TRE-MG

Para a execução dos serviços, a contratada deverá recolher os móveis nos locais indicados no item 3.3, devolvendo-os, após realizados os serviços, nos mesmos locais de recolhimento.

#### 5.4. Prazos e condições de execução dos serviços

5.4.1 Os serviços deverão ser realizados em até 90 (noventa) dias corridos, **a contar do início da vigência do contrato**. Caso não haja contrato, a critério exclusivo da Administração, o prazo será contado do recebimento, pela CONTRATADA, da nota de empenho.

5.4.2. Os bens deverão ser entregues nos locais de onde foram retirados, conforme sub item 3.3.

5.4.3 Cabe à cada CONTRATADA **informar** aos gestores dos setores e à fiscalização **a data e o horário exatos da entrega** do mobiliário com, no mínimo, **02 (dois) dias úteis de antecedência**, sob pena do fornecimento ser impedido no descumprimento de tal determinação.

5.4.4. Na impossibilidade de entrega do objeto ou de serviço no prazo avençado, caberá à empresa, **antes do término do referido prazo**, solicitar prorrogação, juntando documentos que comprovem a superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.

5.4.5. O pedido será encaminhado à autoridade competente do contratante, para apreciação e decisão.

5.4.6. O prazo para substituição dos produtos defeituosos ou em desacordo com as especificações será de até 30 (trinta) dias, após recebimento da comunicação de recusa pelo TRE/MG, por e-mail ou qualquer outro meio de ciência inequívoca, devendo a empresa providenciar o recolhimento dos produtos recusados. A entrega de novos itens correrá à custa da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades. (o prazo para substituição dos produtos em desacordo deverá ser menor ou igual ao prazo definido para entrega).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Formalizado o contrato a Contratante deverá designar formalmente o Gestor do Contrato, o Fiscal Requisitante, o Fiscal Técnico e o Fiscal Administrativo, bem como os respectivos suplentes, para o acompanhamento e fiscalização do contrato.

6.2.1. Na ausência do Gestor do Contrato e/ou dos Fiscais, a qualquer título, as providências de sua alçada, bem como as responsabilidades a eles afetas ficarão a cargo dos suplentes e, na falta destes, das respectivas chefias imediatas;

6.2.2 As funções de Fiscal Requisitante e Fiscal Técnico poderão ser desempenhadas por um único servidor.

6.3. A Contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.

6.3.1. A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pela Fiscalização da Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.4. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5. A Fiscalização da Contratante, sempre que entender necessário, poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. Caberá ao Fiscal Requisitante, sempre com o auxílio do Fiscal Técnico, quando a especificidade e complexidade da contratação assim o exigirem, acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração; competindo-lhe, especialmente:

6.6.1. contatar a Contratada para esclarecer dúvidas, prestar informações, emitir ordem de início de serviço e outras providências, de acordo com as exigências contratuais;

6.6.2. identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, emitir notificações à Contratada para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.6.3. comunicar ao Fiscal Administrativo a ocorrência de falhas, atrasos ou fatos relevantes que possam inviabilizar o cumprimento dos prazos estabelecidos, ou que acarretem a necessidade de prorrogação de prazos de execução/entrega ou de vigência contratual;

6.6.4. encaminhar solicitação de alteração qualitativa, acréscimo ou supressão ao objeto do contrato, com as justificativas pertinentes, permitindo sua efetivação somente após a formalização do respectivo Termo Aditivo;

6.6.5. informar à autoridade superior, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.7. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, em virtude de determinação legal ou por ordem e/ou interesse da Administração, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, pelo Fiscal Requisitante.

6.8. O Fiscal Administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, competirá ao Fiscal Administrativo instruir o processo de aplicação de penalidade à contratada, a partir do relato dos descumprimentos contratuais pelo Fiscal Requisitante, ressalvada a possibilidade de o processo ser instaurado pelo próprio Fiscal Administrativo do contrato, quanto aos inadimplementos por ele detectados em matéria de sua competência;

6.8.2. O Fiscal Administrativo da Contratante comunicará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.9. O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O Gestor do contrato anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

6.9.2. O Gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.9.3. O Gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, quanto aos inadimplementos por ele detectados em matéria de sua competência.

6.10. O Gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10.1. O Gestor do Contrato anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

6.10.2. O Gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.10.3. O Gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, quanto aos inadimplementos por ele detectados em matéria de sua competência.

6.11. O Gestor do Contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **7.1. Critérios de Medição**

O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) estabelece um nível mínimo de qualidade a ser exigido na execução dos serviços contratados pela administração pública, com medição realizada rotineiramente pela fiscalização do contrato. O pagamento é proporcional ao alcance das metas estipuladas, podendo, ainda, resultar em imputação de penalidade à contratada, caso não se atinja o patamar fixado nos instrumentos da contratação.

O contrato tem como objetivo a contratação dos serviços segundo as especificações mínimas exigidas, de modo que a reforma/manutenção do mobiliário em desacordo ao que foi exigido importa em inexecução contratual, não se vislumbrando a aplicabilidade de IMR na presente contratação.

Noutras palavras, o pagamento somente será realizado após o recebimento do objeto em consonância com a sua descrição. Em caso de apresentação de defeitos ensejadores de substituição, a contratada só receberá o pagamento após sanadas as imperfeições.

Portanto, justificável a não utilização do IMR, pois, a definição de critérios de mensuração voltados à apuração de resultados/metras não se mostra consentânea com a realidade deste tipo de contratação.

Conclui-se, em suma, que a adoção do IMR não se aplica ao objeto da contratação, vez que serão estabelecidos recebimentos provisório e definitivo dos itens e o pagamento destes só será efetuado após o ateste final pela Fiscalização do seu fiel atendimento às especificações e exigências do Termo de Referência.

## **7.2 Recebimento do Objeto**

7.2.1. Os bens poderão ser recebidos provisoriamente por servidor designado pelo TRE-MG, mediante a emissão de recibo no ato da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

7.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 dias úteis, contados do "recebimento provisório", após a verificação da qualidade e quantidade do material e, mediante termo detalhado.

7.2.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto, das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

## **7.3. Forma e prazo de pagamento**

7.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, até o 10º (décimo) dia a contar do recebimento da respectiva Nota Fiscal/Fatura e após o recebimento definitivo do(s) serviço(s) por um dos(as) servidores(as) designados(as).

7.3.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133/2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1. Em não se tratando de hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, a regra geral é de que o fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira são expressas no Edital de licitação.

8.3. Em relação à Qualificação Técnica, a licitante deverá apresentar 1 (um) ou mais atestado (s) de capacidade técnica, emitido (s) em seu nome, por pessoa jurídica de direito público ou privado, preferencialmente em papel timbrado, constando endereço de localização para permitir diligência, comprovando que já executou, de forma satisfatória, serviços da mesma natureza do objeto a ser contratado.

8.3.1. A título de diligência, poderá ser requerida a apresentação dos contratos que originaram os atestados bem como quaisquer informações necessárias a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

8.3.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O custo estimado da aquisição está previsto no Edital da Licitação.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A contratação objeto destes autos encontra adequação orçamentária, uma vez que o Plano de Contratações Anual é elaborado em alinhamento com a proposta de Lei Orçamentária Anual.

## **11. PENALIDADES**

O descumprimento das disposições deste termo de referência sujeitará a contratada às sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021 e no termo de contrato, se houver.

## **12. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD**

As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018, nos termos previstos em contrato.

## **13. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - LAI**

Não há necessidade de classificação deste Termo de Referência quanto ao grau de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, considerando que a contratação é pública, o que garante o amplo acesso aos interessados.

## **14. ANEXOS**

Compõem o presente Termo de Referência:

### **1. DO OBJETO**

1.1 Contratação de serviços de troca de revestimentos danificados e/ou peças acessórias com defeito de cadeiras, sofás e poltronas da marca Giroflex.

1.2. O prazo de vigência da contratação se encerrará em 31/07/2026, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são classificados como comuns, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos nos artefatos, por meio de especificações usuais de mercado.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)**

Trata-se da contratação de empresa especializada na troca de revestimentos danificados e/ou peças acessórias com defeito de cadeiras, sofás e poltronas da marca Giroflex, adquiridas a partir do ano de 2003, em função da padronização de mobiliário corporativo do TRE-MG.

Adquirido com prazo de garantia de 5 anos, o mobiliário não mais se encontra acobertado por garantia e está em processo de deterioração, especialmente suas partes estofadas, que contam com material mais delicado e exposto às ações do uso constante e limpezas sucessivas.

A contratação proposta tem por objetivo trocar por novos e em perfeito estado os revestimentos danificados e/ou peças acessórias com defeito das cadeiras, sofás e poltronas GIROFLEX e se justifica pelo fato dos móveis não mais estarem acobertados por garantia, somado à inexistência de assistência técnica autorizada após decretada a recuperação judicial da empresa Giroflex.

Para a oferta/aceitação da proposta comercial, deverão ser consideradas e comprovadas as exigências elencadas nas especificações técnicas.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Contratação de serviços de troca de revestimentos danificados e/ou peças acessórias com defeito de cadeiras, sofás e poltronas da marca Giroflex, renovando o bem. O serviço que se pretende contratar é de natureza comum, com padrões objetivamente definidos.

As especificações técnicas trazem materiais resistentes e duráveis, de forma a se evitarem reposições em função de desgastes ocasionados pelo uso e exposição a agentes potencialmente nocivos, como produtos de limpeza e fenômenos da natureza. Pelo fato de não terem sido identificados credenciamentos e certificações relativas à sustentabilidade aplicáveis ao objeto, o Termo de Referência não traz tal exigência.

### **3.1. Descrição do mobiliário (Vide ANEXO I)**

#### **3.1.1. Cadeira Fixa sem braços**

Cadeira Fixa, sem braços, marca Giroflex, linha rembus com revestimento em similicouro cor verde musgo, sem braços, base em aço com acabamento aluminizado.

Quantidade: 3 (três) unidades

#### **3.1.2. Cadeira Giratória sem braços**

Cadeira Giratória, sem braços, marca Giroflex, linha rembus, com revestimento em similicouro cor verde musgo, sem braços, base em aço com acabamento aluminizado.

Quantidade: 66 (sessenta e seis) unidades

#### **3.1.3. Poltrona Giratória sem braços**

Poltrona Giratória, sem braços, marca Giroflex, linha polytrop, modelo 34S66H4001, com espaldar médio, sem braços, revestimento em similicouro verde musgo, partes metálicas com acabamento aluminizado.

Quantidade: 3 (três) unidades

#### **3.1.4. Poltrona Fixa com braços**

Poltrona fixa para interlocutor (coordenador / assessor), com braços, marca Giroflex, linha rembus, com revestimento em similicouro cor verde musgo, com braços, base em aço com acabamento aluminizado.

Quantidade: 1 (uma) unidade

#### **3.1.5. Sofá de três lugares**



Sofá de três lugares, marca Giroflex, em tecido lã xadrez, cor verde jade, com braços em poliuretano, base em aço tubular oval, com acabamento aluminizado - linha dialogo polytrop.

Quantidade: 9 (nove) unidades

**3.1.6. Sofá de dois lugares**

Sofá de dois lugares, marca Giroflex, em tecido lã xadrez, cor verde jade, com braços em poliuretano, base em aço tubular oval, com acabamento aluminizado - linha dialogo polytrop.

Quantidade: 23 (vinte e três) unidades

**3.1.7. Sofá de 1 lugar**

Sofá de um lugar, marca Giroflex, em tecido lã xadrez, cor verde jade, com braços em poliuretano, base em aço tubular oval, com acabamento aluminizado - linha dialogo polytrop.

Quantidade: 5 (cinco) unidades

**3.2. Especificação do material a ser utilizado**

**3.2.1. Para os itens 3.1.1, 3.1.2., 3.1.3. e 3.1.4.: Similicouro**

Similicouro Aero Ativo, texturizado, composição 70% PVC e 30% substrato[1], microperfurado, cor verde musgo, marca Sansuy ou equivalente.

Linha de costura: Linha nylon 40, 100% poliamida, cor verde (cód. 9508), marca Linhanyl ou equivalente.

**3.2.1.1 Alavancas e botões, originais da marca ou similar compatível**

**3.2.2. Para os itens 3.1.5, 3.1.6 e 3.1.7: Tecido**

Tecido stretch cor cinza (ref. 1396) marca Lady, linha Creative, ou similar, composição 100% polyester.

Para a composição do material serão admitidas variações de até 5% para mais ou para menos em cada um dos componentes.

**3.3. Localização do mobiliário**

ITEM	PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO
1	50067	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	DEPÓSITO DA SEMPE NO CENTRO DE APOIO
	39878	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	Rua Flor de Trigo, 20/24, km 2,5 – BR040 –
	39745	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	Bairro Jardim Filadélfia –
	39772	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	Belo Horizonte/MG
	39758	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
	39747	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
	39978	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
	39867	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
	36941	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	

37026	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39673	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39810	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
57312	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
37037	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39771	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39680	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39940	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39790	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
36955	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
36951	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
73462	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39877	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
57386	POLTRONA GIRATORIA PARA COORDENADOR E/OU ASSESSOR
37097	POLTRONA GIRATORIA PARA COORDENADOR E/OU ASSESSOR
40061	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39983	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50011	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50024	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39992	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39871	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50020	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50028	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39988	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50133	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50012	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
40035	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50013	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50161	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50155	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50061	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39901	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39910	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES

39702	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39915	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
50092	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39870	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39882	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
50062	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39874	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39886	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39780	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
37039	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
50018	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
37040	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
50019	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39865	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
50202	CADEIRA FIXA PARA INTERLOCUTOR / CHEFIA	
50242	CADEIRA FIXA PARA INTERLOCUTOR / CHEFIA	
37062	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
67471	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
40070	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39990	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39960	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39986	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39829	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
50180	CADEIRA FIXA PARA INTERLOCUTOR / CHEFIA	
39989	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39981	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39849	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
57289	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
30270	POLTRONA GIRATORIA PARA COORDENADOR E/OU ASSESSOR	
39930	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
57404	POLTRONA FIXA PARA INTERLOCUTOR (COORDENADOR / ASSESSOR)	
30347	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM	COORDENADORIA EXECUTIVA DA OUVIDORIA - CEO ED. MOZART - AV.

	ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	DO CONTORNO, 7526 - 5º ANDAR
37191	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SEÇÃO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SATEC ED. MOZART - AV. DO CONTORNO, 7526 - TÉRREO
30352	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SALA DA OAB - SPJ - EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 3º ANDAR
40144	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA - CIS EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - TÉRREO
50304	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA - CIS EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - TÉRREO
30349	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SCS EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 2º ANDAR
92057	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	NSEIS - ED. SEDE - AMPRE EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 3º ANDAR
37198	SOFA EM TECIDO: COM 01 LUGAR, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	NSEIS - ED. ANEXO I - SALA DOS APJ'S EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - TÉRREO
30351	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SEÇÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - SEDOP EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 1. ANDAR
40143	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SEÇÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - SEDOP EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 1. ANDAR
57424	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM	SEDUC - ED. ACAIACA ED. ACAIACA - AVENIDA AFONSO PENA, 867 / 20ºANDAR

	ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	
37192	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SEÇÃO DE PESQUISA E CIDADANIA - SEPEC ED. MOZART - AV. DO CONTORNO, 7526 - 7º ANDAR
37188	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA E JUDICIÁRIA - SPJ EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 8º ANDAR
30346	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	GABINETE DA SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA E JUDICIÁRIA - GSPJ EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 8º ANDAR
50297	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA EXECUTIVA DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL - CEJ ED. MOZART - AV. DO CONTORNO, 7526 - 7º ANDAR
50301	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA EXECUTIVA DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL - CEJ ED. MOZART - AV. DO CONTORNO, 7526 - 7º ANDAR
50294	SOFA EM TECIDO: COM 01 LUGAR, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	GJMIII - GABINETE DE JUIZ MEMBRO DA CORTE III - SALA 03 EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 4º ANDAR
50295	SOFA EM TECIDO: COM 01 LUGAR, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	GJMIII - GABINETE DE JUIZ MEMBRO DA CORTE III - SALA 03 EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 4º ANDAR
37194	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 6º ANDAR
67597	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 6º ANDAR
37197	SOFA EM TECIDO: COM 01 LUGAR, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM	COORDENADORIA DE APOIO À GOVERNANÇA DE PESSOAS - CGP

	ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 1. ANDAR
50296	SOFA EM TECIDO: COM 01 LUGAR, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA DE APOIO À GOVERNANÇA DE PESSOAS - CGP EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 1. ANDAR
50299	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SEÇÃO DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA - SAMEO EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 1. ANDAR
50300	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SEÇÃO DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA - SAMEO EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 1. ANDAR
37189	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	GABINETE DA SECRETARIA DE ELEIÇÕES - GSEL EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 9º ANDAR
27918	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA DE SESSÕES - SALA DE JUÍZES EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 3º ANDAR
27919	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA DE SESSÕES - SALA DE JUÍZES EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 3º ANDAR
30350	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE ELEIÇÕES - SEL EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 9º ANDAR
37193	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE ELEIÇÕES - SEL EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 9º ANDAR
30354	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - SOF EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 10º ANDAR

37195	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - STI EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 2. ANDAR
37196	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	GABINETE DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GSTI EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 2. ANDAR
50302	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO E SISTEMAS - CDS EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 3. ANDAR
37190	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SGA EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 7º ANDAR
30344	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SEÇÃO DE TRANSPORTES - SETRA EDIFÍCIO-ANEXO III - RUA JOSAFÁ BELO, 36
57423	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS - SGS EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 2. ANDAR
50298	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	GABINETE DA SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS - GSGS EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 2. ANDAR

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### 4.1. Da exigência de amostra

O licitante provisoriamente vencedor deverá apresentar amostra dos revestimentos, de dimensões 10 cm x 15 cm, contendo costura dupla (conforme padrão dos móveis) percorrendo todo o centro da peça no seu sentido longitudinal, na Seção de Projetos/SEPRO do TRE-MG, situada na Av. Prudente de Moraes, nº 320, 2º andar, Bairro Cidade Jardim, em Belo Horizonte/MG, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da data da solicitação do pregoeiro.

A exigência de amostra se justifica em razão da necessidade de se aferir, previamente, a qualidade dos revestimentos a serem fornecidos pela contratada e o atendimento às especificações previstas no TR.

**4.1.1.** A amostra deverá ser identificada com os seguintes dados: nome da empresa, endereço, telefone, número do Pregão Eletrônico.

**4.1.2.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

**4.1.3.** A amostra poderá ser retirada na Seção de Projetos do TRE/MG, após a homologação do certame, caso reprovada.

#### **4.2. Garantia, manutenção e assistência técnica**

4.2.1. A CONTRATADA deverá fornecer garantia de, no mínimo, 18 (dezoito) meses dos serviços (compatível com prazo praticado no mercado específico) a contar da data do recebimento definitivo do material pelo TRE-MG.

4.2.2. A CONTRATADA deverá se comprometer a, durante o prazo de garantia, prestar assistência técnica, por meio de profissional especializado.

4.2.3. A garantia é complementar à legal, aplicando-se subsidiariamente as regras da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

4.2.4. A garantia será prestada com vistas a manter o mobiliário em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.2.5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.2.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.2.7. A garantia abrange qualquer reparo ou substituição do bem, a mão de obra especializada para sua execução, bem como todas as despesas relativas à solução do problema, sem ônus para o TRE/MG, exceto se a ocorrência do dano se der por dolo, imperícia ou mau uso por parte de seus/suas servidores/servidoras ou prepostos/prepostas, desde que devidamente comprovados.

#### **4.3 Especificações técnicas**

Deverão ser rigorosamente observadas as especificações técnicas descritas no item 3.2.

#### **4.4 Sustentabilidade**

A contratada deverá executar o serviço objeto deste certame em conformidade com a norma ABNT 13962:2018, que especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação dimensional, da estabilidade, resistência e durabilidade de cadeiras de escritório, de qualquer material.

A opção pelo uso da fibra de poliéster em mobiliário corporativo se deve, além do toque macio e da alta resistência à abrasividade, à característica de ser facilmente higienizado. A resistência do poliéster às substâncias químicas presentes nos produtos de limpeza, principalmente no caso do mobiliário corporativo, amplia bastante a vida útil do mobiliário, sendo vantajoso para a Administração Pública.

Quanto ao uso do similicouro em detrimento ao couro, trata-se de um alternativa sustentável, pois não requer o uso de peles de animais, além de consumir menos recursos e emitir menos gases de efeito estufa durante a produção do que o couro. Em ambientes corporativos, o similicouro se destaca pela resistência ao desgaste diário e pela facilidade de limpeza.

#### **4.5. Subcontratação**

É vedada a subcontratação total ou parcial da prestação dos serviços.



#### 4.6 Garantia da Contratação

Não é necessária a apresentação da garantia contratual considerando-se a baixa complexidade da contratação e a ausência de impacto na atividade fim do TRE-MG conforme SEI 0001251-40.2023.6.13.8000, documento 3931446.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### 5.1. Dos serviços

5.1.1. Os serviços a serem prestados consistem na substituição completa dos revestimentos danificados dos estofamentos, alavancas e demais itens defeituosos, conforme item 3.2, (assentos e espaldares) de cada um dos móveis, preservando as espumas e demais enchimentos existentes, mantendo as características originais dos bens.

5.1.2. Desta forma, na montagem dos estofamentos deverão ser respeitados os recortes, dimensionamentos e justaposição das partes componentes, bem como os tipos, pontos e distâncias das costuras, conforme os revestimentos originais de cada modelo.

5.1.3. Os serviços deverão ser realizados com a maior perfeição, mediante o emprego de mão-de-obra especializada e executados preservando rigorosamente as características originais do mobiliário, sem que haja ondulações, franzimentos e outras impropriedades em relação aos aspectos físicos específicos dos revestimentos, suas fixações e acabamentos.

5.1.4. Para tanto, a proponente deverá possuir estufa para retirada e recolocação a quente das fitas ABS de acabamento e espumas.

5.1.5. Durante a execução dos serviços deverá ser feita revisão geral e lubrificação dos componentes das cadeiras e poltronas.

5.1.6. Tanto o recolhimento quanto a devolução do mobiliário deverão ser previamente agendados com a SEPRO, uma vez que não será permitida a entrada da CONTRATADA nas dependências do Tribunal sem tais providências.

#### 5.2 Da vistoria

5.2.1. A avaliação prévia dos itens a serem reparados é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 13 horas às 18 horas.

5.2.2. A vistoria deverá ser agendada com a SEPRO – Seção de Projetos, através do telefone 3307-1612, no horário de 13 horas às 18 horas, de segunda à sexta-feira.

5.2.3. No lugar do ATESTADO DE VISTORIA PRÉVIA, o licitante poderá apresentar DECLARAÇÃO em que manifeste **CONHECER AS CONDIÇÕES DOS ITENS A SEREM REPARADOS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO E ENTREGA DOS SERVIÇOS**, suprimindo, nesse caso, a necessidade de Visita Técnica ao local dos serviços.

5.2.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento do mobiliário a ser reformado, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes pertinentes à prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### 5.3 Da retirada dos bens nos setores do TRE-MG

Para a execução dos serviços, a contratada deverá recolher os móveis nos locais indicados no item 3.3, devolvendo-os, após realizados os serviços, nos mesmos locais de recolhimento.

#### 5.4. Prazos e condições de execução dos serviços

5.4.1 Os serviços deverão ser realizados em até 90 (noventa) dias corridos, **a contar do início da vigência do contrato**. Caso não haja contrato, a critério exclusivo da Administração, o prazo será contado do recebimento, pela CONTRATADA, da nota de empenho.

5.4.2. Os bens deverão ser entregues nos locais de onde foram retirados, conforme sub item 3.3.

5.4.3 Cabe à cada CONTRATADA **informar** aos gestores dos setores e à fiscalização **a data e o horário exatos da entrega** do mobiliário com, no mínimo, **02 (dois) dias úteis de antecedência**, sob pena do fornecimento ser impedido no descumprimento de tal determinação.

5.4.4. Na impossibilidade de entrega do objeto ou de serviço no prazo avençado, caberá à empresa, **antes do término do referido prazo**, solicitar prorrogação, juntando documentos que comprovem a superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.

5.4.5. O pedido será encaminhado à autoridade competente do contratante, para apreciação e decisão.

5.4.6. O prazo para substituição dos produtos defeituosos ou em desacordo com as especificações será de até 30 (trinta) dias, após recebimento da comunicação de recusa pelo TRE/MG, por e-mail ou qualquer outro meio de ciência inequívoca, devendo a empresa providenciar o recolhimento dos produtos recusados. A entrega de novos itens correrá à custa da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades. (o prazo para substituição dos produtos em desacordo deverá ser menor ou igual ao prazo definido para entrega).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Formalizado o contrato a Contratante deverá designar formalmente o Gestor do Contrato, o Fiscal Requisitante, o Fiscal Técnico e o Fiscal Administrativo, bem como os respectivos suplentes, para o acompanhamento e fiscalização do contrato.

6.2.1. Na ausência do Gestor do Contrato e/ou dos Fiscais, a qualquer título, as providências de sua alçada, bem como as responsabilidades a eles afetas ficarão a cargo dos suplentes e, na falta destes, das respectivas chefias imediatas;

6.2.2 As funções de Fiscal Requisitante e Fiscal Técnico poderão ser desempenhadas por um único servidor.

6.3. A Contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.

6.3.1. A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pela Fiscalização da Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.4. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5. A Fiscalização da Contratante, sempre que entender necessário, poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. Caberá ao Fiscal Requisitante, sempre com o auxílio do Fiscal Técnico, quando a especificidade e complexidade da contratação assim o exigirem, acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração; competindo-lhe, especialmente:

6.6.1. contatar a Contratada para esclarecer dúvidas, prestar informações, emitir ordem de início de serviço e outras providências, de acordo com as exigências contratuais;

6.6.2. identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, emitir notificações à Contratada para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.6.3. comunicar ao Fiscal Administrativo a ocorrência de falhas, atrasos ou fatos relevantes que possam inviabilizar o cumprimento dos prazos estabelecidos, ou que acarretem a necessidade de prorrogação de prazos de execução/entrega ou de vigência contratual;

6.6.4. encaminhar solicitação de alteração qualitativa, acréscimo ou supressão ao objeto do contrato, com as justificativas pertinentes, permitindo sua efetivação somente após a formalização do respectivo Termo Aditivo;

6.6.5. informar à autoridade superior, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.7. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, em virtude de determinação legal ou por ordem e/ou interesse da Administração, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, pelo Fiscal Requisitante.

6.8. O Fiscal Administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, competirá ao Fiscal Administrativo instruir o processo de aplicação de penalidade à contratada, a partir do relato dos descumprimentos contratuais pelo Fiscal Requisitante, ressalvada a possibilidade de o processo ser instaurado pelo próprio Fiscal Administrativo do contrato, quanto aos inadimplementos por ele detectados em matéria de sua competência;

6.8.2. O Fiscal Administrativo da Contratante comunicará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.9. O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O Gestor do contrato anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

6.9.2. O Gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.9.3. O Gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, quanto aos inadimplementos por ele detectados em matéria de sua competência.

6.10. O Gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10.1. O Gestor do Contrato anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

6.10.2. O Gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.10.3. O Gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, quanto aos inadimplementos por ele detectados em matéria de sua competência.

6.11. O Gestor do Contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **7.1. Critérios de Medição**

O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) estabelece um nível mínimo de qualidade a ser exigido na execução dos serviços contratados pela administração pública, com medição realizada rotineiramente pela fiscalização do contrato. O pagamento é proporcional ao alcance das metas estipuladas, podendo, ainda, resultar em imputação de penalidade à contratada, caso não se atinja o patamar fixado nos instrumentos da contratação.

O contrato tem como objetivo a contratação dos serviços segundo as especificações mínimas exigidas, de modo que a reforma/manutenção do mobiliário em desacordo ao que foi exigido importa em inexecução contratual, não se vislumbrando a aplicabilidade de IMR na presente contratação.

Noutras palavras, o pagamento somente será realizado após o recebimento do objeto em consonância com a sua descrição. Em caso de apresentação de defeitos ensejadores de substituição, a contratada só receberá o pagamento após sanadas as imperfeições.

Portanto, justificável a não utilização do IMR, pois, a definição de critérios de mensuração voltados à apuração de resultados/metras não se mostra consentânea com a realidade deste tipo de contratação.

Conclui-se, em suma, que a adoção do IMR não se aplica ao objeto da contratação, vez que serão estabelecidos recebimentos provisório e definitivo dos itens e o pagamento destes só será efetuado após o ateste final pela Fiscalização do seu fiel atendimento às especificações e exigências do Termo de Referência.

## **7.2 Recebimento do Objeto**

7.2.1. Os bens poderão ser recebidos provisoriamente por servidor designado pelo TRE-MG, mediante a emissão de recibo no ato da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

7.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 dias úteis, contados do "recebimento provisório", após a verificação da qualidade e quantidade do material e, mediante termo detalhado.

7.2.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto, das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

## **7.3. Forma e prazo de pagamento**

7.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, até o 10º (décimo) dia a contar do recebimento da respectiva Nota Fiscal/Fatura e após o recebimento definitivo do(s) serviço(s) por um dos(as) servidores(as) designados(as).

7.3.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133/2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1. Em não se tratando de hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, a regra geral é de que o fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira são expressas no Edital de licitação.

8.3. Em relação à Qualificação Técnica, a licitante deverá apresentar 1 (um) ou mais atestado (s) de capacidade técnica, emitido (s) em seu nome, por pessoa jurídica de direito público ou privado, preferencialmente em papel timbrado, constando endereço de localização para permitir diligência, comprovando que já executou, de forma satisfatória, serviços da mesma natureza do objeto a ser contratado.

8.3.1. A título de diligência, poderá ser requerida a apresentação dos contratos que originaram os atestados bem como quaisquer informações necessárias a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

8.3.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O custo estimado da aquisição está previsto no Edital da Licitação.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A contratação objeto destes autos encontra adequação orçamentária, uma vez que o Plano de Contratações Anual é elaborado em alinhamento com a proposta de Lei Orçamentária Anual.

## **11. PENALIDADES**

O descumprimento das disposições deste termo de referência sujeitará a contratada às sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021 e no termo de contrato, se houver.

## **12. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD**

As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018, nos termos previstos em contrato.

## **13. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - LAI**

Não há necessidade de classificação deste Termo de Referência quanto ao grau de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, considerando que a contratação é pública, o que garante o amplo acesso aos interessados.

## **14. ANEXOS**

Compõem o presente Termo de Referência:

- Anexo I - Caderno de fotos ilustrativas do mobiliário
- Anexo II – Modelo de planilha orçamentária para propostas
- Anexo III - Planilha com quantitativos, endereços dos locais de entrega e contatos
  
- Anexo I - Caderno de fotos ilustrativas do mobiliário
- Anexo II – Modelo de planilha orçamentária para propostas
- Anexo III - Planilha com quantitativos, endereços dos locais de entrega e contatos

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA****CADERNO DE FOTOS ILUSTRATIVAS DO MOBILIÁRIO**

O arquivo encontra-se em pdf no sitio do TRE/MG (<https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-1>)

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA****MODELO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA PROPOSTAS**

O arquivo encontra-se em pdf no sitio do TRE/MG (<https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-1>)

**ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA****PLANILHA COM QUANTITATIVOS, ENDEREÇOS DOS LOCAIS DE ENTREGA E CONTATOS**

O arquivo encontra-se em pdf no sitio do TRE/MG(<https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-1>)

**ANEXO II DO EDITAL  
MINUTA DO CONTRATO****MINUTA DE CONTRATO**

**SEI nº 0012777-67.2024.6.13.8000**  
**Contrato nº ...../..... – TREMG**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A **UNIÃO**, POR INTERMÉDIO DO **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS** E .....

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Prudente de Moraes, 100, Cidade Jardim, CNPJ nº 05.940.740/0001-21, a seguir denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Cassiana Lopes Viana, de acordo com a delegação de competência contida no art. 2º, inciso V, da Portaria nº 98/2025 da Presidência deste

Tribunal, publicada no DJE de 16/06/2025, e, a ....., CNPJ nº ....., com sede em ...../MG, na ....., nº ....., Bairro ....., a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu ....., vêm ajustar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de consertos de estofamento e manutenção de cadeiras, poltronas, sofás e mobiliário corporativo da marca Giroflex, efetuando a troca de espumas, tecidos, e/ou peças acessórias, renovando o bem, nos termos do Anexo deste instrumento.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, e por todo e qualquer dano físico, material ou pessoal causado direta ou indiretamente à CONTRATANTE, seus servidores ou outros, por ocasião da realização dos serviços;
- II. Realizar substituição completa dos revestimentos dos estofamentos, alavancas e demais itens defeituosos, conforme anexo deste instrumento (assentos e espaldares) de cada um dos móveis, **em até 90 (noventa) dias corridos, a contar do início da vigência do contrato**, preservando as espumas e demais enchimentos existentes, mantendo as características originais dos bens;
- III. Executar o serviço objeto deste contrato em conformidade com a norma ABNT 13962:2018, que especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação dimensional, da estabilidade, resistência e durabilidade de cadeiras de escritório, de qualquer material;
- IV. Realizar com a maior perfeição os serviços, mediante o emprego de mão-de-obra especializada e executados preservando rigorosamente as características originais do mobiliário, sem que haja ondulações, franzimentos e outras impropriedades em relação aos aspectos físicos específicos dos revestimentos, suas fixações e acabamentos;
- V. Respeitar os recortes, dimensionamentos e justaposição das partes componentes, bem como os tipos, pontos e distâncias das costuras, conforme os revestimentos originais de cada modelo, na montagem dos estofamentos;
- VI. Possuir estufa para retirada e recolocação a quente das fitas ABS de acabamento e espumas;
- VII. Entregar os bens nos locais de onde foram retirados, conforme Anexo deste instrumento;
- VIII. **Informar** aos gestores dos setores e à fiscalização **a data e o horário exatos da entrega** do mobiliário com, no mínimo, **02 (dois) dias úteis de antecedência**, sob pena do fornecimento ser impedido no descumprimento de tal determinação;
- IX. Substituir os produtos defeituosos ou em desacordo com as especificações em até 30 (trinta) dias, após recebimento da comunicação de recusa pelo CONTRATANTE, por e-mail ou qualquer outro meio de ciência inequívoca, devendo a CONTRATADA providenciar o recolhimento dos produtos recusados. A entrega de novos itens correrá à custa da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- X. Realizar, durante a execução dos serviços, a revisão geral e lubrificação dos componentes das cadeiras e poltronas;
- XI. Observar os critérios para prestação dos serviços e as demais obrigações dispostas no Anexo deste instrumento;

- XII. Responsabilizar-se por todos os materiais e ferramentas necessários à execução dos serviços, bem como pelo seu pessoal;
- XIII. Indicar o nome do(a) seu/sua preposto(a) que será o contato usual para equacionar os eventuais problemas relativos à prestação dos serviços;
- XIV. Fornecer e manter atualizado o endereço postal e eletrônico, bem como o número de telefone, para que a CONTRATANTE mantenha os contatos necessários;
- XV. Atender às solicitações e determinações da CONTRATANTE, nos prazos estabelecidos neste instrumento, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização dos serviços;
- XVI. Providenciar a regularização de pendências e/ou impropriedades ocorridas na prestação dos serviços, apontadas pelos(as) servidores/servidoras designados(as) para fiscalizar a execução do Contrato, dentro do prazo estipulado pela comunicação escrita da CONTRATANTE;
- XVII. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- XVIII. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o inciso anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- XIX. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**Parágrafo Primeiro:** É de responsabilidade da CONTRATADA gerir sua caixa de entrada de mensagens eletrônicas. Eventuais alegações posteriores de defeitos ou entraves técnicos no recebimento e visualização de e-mail não serão aceitas pela CONTRATANTE.

**Parágrafo Segundo:** Na impossibilidade de execução de serviço no prazo avençado, caberá à CONTRATADA, antes do término desse prazo, solicitar prorrogação, juntando documentos que comprovem a superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.

**Parágrafo Terceiro:** Tanto o recolhimento quanto a devolução do mobiliário deverão ser previamente agendados com a SEPRO, uma vez que não será permitida a entrada da CONTRATADA nas dependências do CONTRATANTE sem tais providências.

**Parágrafo Quarto:** A opção pelo uso da fibra de poliéster em mobiliário corporativo se deve, além do toque macio e da alta resistência à abrasividade, à característica de ser facilmente higienizado. A resistência do poliéster às substâncias químicas presentes nos produtos de limpeza, principalmente no caso do mobiliário corporativo, amplia bastante a vida útil do mobiliário, sendo vantajoso para a Administração Pública.

**Parágrafo Quinto:** Quanto ao uso do similicouro em detrimento ao couro, trata-se de uma alternativa sustentável, pois não requer o uso de peles de animais, além de consumir menos recursos e emitir menos gases de efeito estufa durante a produção do que o couro. Em ambientes corporativos, o similicouro se destaca pela resistência ao desgaste diário e pela facilidade de limpeza.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**



- I. Fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas com o objeto deste Contrato, visando obter os melhores resultados na prestação dos serviços;
- II. Designar dois servidores/servidoras (titular e suplente) do seu quadro de pessoal, para representá-lo no acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados;
- III. Permitir a entrada dos empregados da empresa CONTRATADA, devidamente identificados e habilitados tecnicamente para realizar os serviços contratados;
- IV. Notificar **a CONTRATADA**, por escrito, por meio de correio ou e-mail, a respeito de quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, estabelecendo, quando for o caso, prazo para a sua regularização;
- V. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, no prazo de até 01 (um) mês, a contar da data de protocolo do requerimento, admitida a prorrogação, por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, conforme art. 123 da Lei nº 14.133/21.

**Parágrafo Primeiro:** Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos(as) designados(as), podendo para isso registrar, em relatório, as deficiências porventura existentes na prestação dos serviços, encaminhando cópia do mesmo à CONTRATADA, para a correção das irregularidades apontadas no prazo prescrito.

**Parágrafo Segundo:** A existência de fiscalização, pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre os serviços contratados e pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

A CONTRATADA deverá fornecer garantia de, no mínimo, 18 (dezoito) meses dos serviços a contar da data do recebimento definitivo do material pelo CONTRATANTE.

**Parágrafo Primeiro:** A CONTRATADA deverá se comprometer a, durante o prazo de garantia, prestar assistência técnica, por meio de profissional especializado.

**Parágrafo Segundo:** A garantia é complementar à legal, aplicando-se subsidiariamente as regras da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

**Parágrafo Terceiro:** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a CONTRATANTE.

**Parágrafo Quarto:** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio CONTRATADO, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

**Parágrafo Quinto:** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

**Parágrafo Sexto:** A garantia abrange qualquer reparo ou substituição do bem, a mão de obra especializada para sua execução, bem como todas as despesas relativas à solução do problema, sem ônus para o TRE/MG, exceto se a ocorrência do dano se der por dolo, imperícia ou mau uso por parte de seus/suas servidores/servidoras ou prepostos/prepostas, desde que devidamente comprovados.

## **CLÁUSULA QUINTA- DA PRIVACIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS**

Em razão do presente instrumento, as partes poderão compartilhar, entre si, dados dos seus presidentes, diretores, conselheiros, sócios, representantes legais e contatos de empregados vinculados a esta contratação, obrigando-se a cumprir com as seguintes determinações:

**Parágrafo Primeiro:** Devem cumprir de forma integral com todas as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/18 (doravante denominada "LGPD"), **assegurando que o tratamento de dados pessoais será compatível com as bases legais permitidas pela referida legislação**, se comprometendo a acompanhar eventuais alterações ou regulamentações complementares acerca do tema.

**Parágrafo Segundo:** Devem adotar as melhores práticas do mercado de segurança da informação, além de implementar regras internas de governança, medidas técnicas, administrativas e organizacionais que garantam a inviolabilidade, confidencialidade, disponibilidade e integridades dos dados pessoais que tiverem acesso em razão deste instrumento, exigindo que todos os seus empregados, parceiros, fornecedores, subcontratados, se houver, e afins também adotem as mesmas regras de governança (técnicas e administrativas), de acordo com as disposições da "LGPD".

**Parágrafo Terceiro:** Cada parte será responsável pelos prejuízos que ocasionar à outra ou aos titulares dos dados, além de eventuais multas administrativas, decorrentes do descumprimento da "LGPD".

## **CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

Verificada a compatibilidade entre o serviço contratado e o executado, bem como sua qualidade, a fiscalização emitirá o atestado de Recebimento Definitivo dos Serviços, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do "recebimento provisório", após a verificação da qualidade e quantidade do material e, mediante termo detalhado.

**Parágrafo Primeiro:** Os bens serão recebidos provisoriamente, mediante recibo, no ato da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Contrato, no Termo de Referência e na proposta.

**Parágrafo Segundo:** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato, no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**Parágrafo Terceiro:** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**Parágrafo Quarto:** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto, das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR**

O valor do contrato é de R\$. (.....).

## **CLÁUSULA OITAVA– DA RECOMPOSIÇÃO**

O preço constante neste instrumento poderá ser reajustado, desde que expressamente solicitado pela CONTRATADA, observado sempre o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado (18/06/2025) ou da última majoração de preços, nos termos do art. 92, inciso V da Lei n.º 14.133/2021 c/c o art. 2º e 3º da Lei n.º 10.192/01, utilizando-se a variação do IPCA/IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, referente ao período anual anterior.

**Parágrafo Segundo:** Caso haja necessidade de revisão dos valores contratados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato para restabelecer a relação entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE pactuada inicialmente pelas partes, a CONTRATADA deverá comprovar a configuração da álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do art. 124, II, d, da Lei 14.133/21.

**Parágrafo Terceiro:** Para fins do disposto no parágrafo anterior, será devida a revisão dos valores pela CONTRATANTE a partir da data da solicitação formal da CONTRATADA, ressalvada a possibilidade de concessão de efeitos retroativos, desde que demonstrado inequivocamente que o motivo que deu ensejo à ruptura do equilíbrio econômico-financeiro contratual teve origem em data pretérita.

**Parágrafo Quarto:** Os eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA deverão ser respondidos pela CONTRATANTE no prazo máximo de 02(dois) meses, contados da solicitação.

## **CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO**

A CONTRATADA deverá remeter à CONTRATANTE a respectiva Nota Fiscal/Fatura **a partir do** primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo dos serviços, e o pagamento será efetuado, por meio de ordem bancária, até o 10º (décimo) dia a contar do recebimento do referido documento.

**Parágrafo Primeiro:** O prazo de que trata o *caput* será reduzido à metade, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, nos termos do art. 7º, § 2º da IN SEGES nº 77/2022.

**Parágrafo Segundo:** Havendo controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a CONTRATADA será comunicada para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa, conforme art. 143 da Lei nº 14.133/21, para efeito de liquidação e pagamento daquela parcela no prazo previsto no *caput* desta Cláusula.

**Parágrafo Terceiro:** Será observada, para efeito de pagamento, em qualquer caso, a ordem cronológica estabelecida no art. 141, incisos I a IV da Lei nº 14.133/21, podendo ser alterada, excepcionalmente, mediante justificativa, nos casos do parágrafo primeiro, incisos I ao V, daquele dispositivo legal.

**Parágrafo Quarto:** Em razão do recesso forense no âmbito desta Justiça Eleitoral, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei 5.010/66, o prazo para pagamento dos serviços prestados em dezembro será contado a partir de 07 (sete) de janeiro ou do primeiro dia útil subsequente, caso a referida data não seja dia útil.

**Parágrafo Quinto:** Caso a CONTRATADA seja optante pelo SIMPLES NACIONAL deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a declaração prevista no art. 6º da Instrução Normativa n.º 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, com as alterações posteriores, nos termos do Anexo IV do mesmo instrumento, assinada por seu(s) representante(s) legal (legais), em duas vias.

**Parágrafo Sexto:** Caso a CONTRATADA não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, com as alterações posteriores.

**Parágrafo Sétimo:** Somente serão aceitas Notas Fiscais/Faturas corretamente preenchidas e sem rasuras.

**Parágrafo Oitavo:** Considerar-se-á como a data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária a favor da CONTRATADA.

**Parágrafo Nono:** Com relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, observar-se-á o disposto na Lei Complementar n.º 116/03, e na legislação municipal aplicável.

**Parágrafo Dez:** O CNPJ constante da Nota Fiscal/Fatura deverá ser o mesmo indicado na Proposta apresentada pela CONTRATADA e da Nota de Empenho emitida pela CONTRATANTE, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

**Parágrafo Onze:** O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**Parágrafo Doze:** Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) / 365$$
$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;  
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;  
EM = Encargos moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e  
VP = Valor da parcela em atraso.

#### CLÁUSULA DEZ - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses, iniciando-se em \_\_\_\_ (\_\_\_\_) de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) e encerrando-se em \_\_\_\_ (\_\_\_\_) de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ (\_\_\_\_),

**Parágrafo Único:** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

#### CLÁUSULA ONZE - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste instrumento correrão à conta de dotação orçamentária na seguinte classificação:

.....

**Parágrafo Único:** Será emitida Nota de Empenho para atender às despesas deste instrumento.

#### CLÁUSULA DOZE - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Contrato é celebrado com base na licitação realizada na modalidade "Pregão Eletrônico nº .....", **homologado pela Diretoria Geral da CONTRATANTE**, nos autos do Processo nº ...../...., sujeitando-se os contratantes às normas da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo Único:** Integram o presente Contrato a proposta da CONTRATADA, o Termo de Referência e todos os atos e termos referentes ao processo da contratação.

### **CLÁUSULA TREZE - DA PUBLICAÇÃO**

A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas, no prazo de 20(vinte) dias úteis a contar da assinatura deste instrumento.

### **CLÁUSULA QUATORZE - DAS PENALIDADES**

O descumprimento das cláusulas deste Contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021, observados os termos dispostos nesta Cláusula.

**Parágrafo Primeiro:** Em caso de descumprimento de qualquer prazo estabelecido neste instrumento, a CONTRATADA ficará sujeita à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso injustificado, até o período máximo de 30 (trinta) dias, a partir do qual será cobrada multa no montante de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, sem prejuízo das demais penalidades legais.

**Parágrafo Segundo:** O inadimplemento total do objeto do contrato acarretará à CONTRATADA multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

**Parágrafo Terceiro:** O inadimplemento parcial do objeto do contrato acarretará à CONTRATADA multa de 10%(dez por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

**Parágrafo Quarto:** Se o valor da multa for comprovadamente menor do que o prejuízo sofrido com o inadimplemento, poderá ser exigida indenização suplementar.

**Parágrafo Quinto:** Configurada infração injustificada a qualquer outra obrigação prevista neste instrumento, fica a CONTRATADA sujeita à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

**Parágrafo Sexto:** Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela CONTRATANTE decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

**Parágrafo Sétimo:** Quando inviáveis ou insuficientes as compensações previstas no Parágrafo anterior, a CONTRATADA será intimada a recolher o valor restante ou integral da multa apurada, no prazo de 30(trinta) dias corridos, a contar da intimação, sob pena de cobrança judicial, nos termos do art. 156, §8º, da Lei 14.133/2021.

**Parágrafo Oitavo:** O não pagamento da multa poderá ensejar a aplicação de penalidade mais gravosa à CONTRATADA.

**Parágrafo Nono:** A aplicação de penalidades depende de procedimento administrativo, garantindo-se à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Dez:** As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**Parágrafo Onze:** A desídia na regularização dos serviços poderá ensejar, a critério da CONTRATANTE, a extinção do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

**Parágrafo Doze:** O período de atraso será contado em dias corridos, excluindo-se o dia do vencimento do prazo para cumprimento da obrigação e incluindo-se o dia de seu efetivo adimplemento.

## CLÁUSULA QUINZE - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, assegurará à CONTRATANTE o direito de instaurar procedimento administrativo com vistas à extinção do Contrato, numa das formas previstas no art. 138 e com as consequências do art. 139 do mesmo diploma legal.

## CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- I. Todas as despesas com pessoal necessário à execução dos serviços, inclusive de natureza trabalhista e previdenciária, são de responsabilidade da CONTRATADA;
- II. Conforme dispõem a Constituição Federal em seu art. 195, §3º, e a Lei nº. 9.012/95 no art. 2º, que exigem a inexistência de débito relativo às contribuições sociais para que se contrate com o Poder Público, a CONTRATADA comprovará a sua regularidade, mediante apresentação da **Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados (nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751, de 02 de outubro de 2014), e do **Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS**, bem como das outras certidões apresentadas na licitação, em original ou cópia autenticada, quando não for possível confirmar a autenticidade das mesmas nos

sítios oficiais dos respectivos órgãos na internet, como condição necessária para esta contratação, mantendo essa documentação sempre atualizada na vigência do presente instrumento;

- III. A prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho deverá, igualmente, ser comprovada mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos da Lei n.º 12.440/2011, que inseriu o Título VII-A na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- IV. A CONTRATANTE não aceitará pedidos de reembolso de serviços e/ou materiais adicionais, por parte da CONTRATADA, que não tenham sido contemplados na proposta orçamentária apresentada e que ultrapassem o valor fixado neste contrato;
- V. É vedada a subcontratação total ou parcial da prestação dos serviços;
- VI. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus sócios, ainda que sem função gerencial, servidor/servidora, cônjuges, companheiros/companheiras ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes/juízas vinculados(as) ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, em observância à Resolução CNJ nº 7/2005;
- VII. É vedada a contratação, durante a vigência do contrato, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, **de dirigente da contratante ou do fiscal ou gestor do contrato**, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- VIII. Não haverá exigência de garantia contratual da execução na presente contratação;
- IX. O modelo de Gestão deste contrato encontra-se no Termo de Referência, parte integrante deste contrato;
- X. Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos;
- XI. Todas as ordens de serviço, notificações e entendimentos entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA serão feitos por escrito, nas ocasiões próprias, não sendo aceitos quaisquer entendimentos verbais;
- XII. A CONTRATADA se obriga a utilizar de forma privativa e confidencial os documentos fornecidos pela CONTRATANTE para execução do serviço;
- XIII. Nos termos do art. 2º, V, parágrafo único, da Resolução nº 1236/2022-TREMG, a CONTRATADA deverá instruir seus profissionais acerca da ciência e responsabilidade em relação ao código de ética instituído.
- XIV. Todas as alterações no ato constitutivo da empresa CONTRATADA deverão ser imediatamente comunicadas à CONTRATANTE.

## CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

Por força do disposto no art. 109, inciso I, da Constituição Federal e no art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21, o foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o competente para dirimir questões resultantes do presente instrumento.

E, por estarem assim ajustadas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento de forma eletrônica, perante duas testemunhas.



Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
**Cassiana Lopes Viana**  
**Diretora-Geral**

**EMPRESA**

.....  
**Representante Legal**

**ANEXO**

**CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS EM GERAL**

**1. Descrição do mobiliário (Vide ANEXO I)**

**1.1. Cadeira Fixa sem braços**

Cadeira Fixa, sem braços, marca Giroflex, linha rebus com revestimento em similicouro cor verde musgo, sem braços, base em aço com acabamento aluminizado.

Quantidade: 3 (três) unidades

**1.2. Cadeira Giratória sem braços**

Cadeira Giratória, sem braços, marca Giroflex, linha rebus, com revestimento em similicouro cor verde musgo, sem braços, base em aço com acabamento aluminizado.

Quantidade: 66 (sessenta e seis) unidades

**1.3. Poltrona Giratória sem braços**

Poltrona Giratória, sem braços, marca Giroflex, linha polytrop, modelo 34S66H4001, com espaldar médio, sem braços, revestimento em similicouro verde musgo, partes metálicas com acabamento aluminizado.

Quantidade: 3 (três) unidades

**1.4. Poltrona Fixa com braços**

Poltrona fixa para interlocutor (coordenador / assessor), com braços, marca Giroflex, linha rebus, com revestimento em similicouro cor verde musgo, com braços, base em aço com acabamento aluminizado.

Quantidade: 1 (uma) unidade

**1.5. Sofá de três lugares**

Sofá de três lugares, marca Giroflex, em tecido lã xadrez, cor verde jade, com braços em poliuretano, base em aço tubular oval, com acabamento aluminizado - linha dialogo polytrop.

Quantidade: 9 (nove) unidades

**1.6. Sofá de dois lugares**

Sofá de dois lugares, marca Giroflex, em tecido lã xadrez, cor verde jade, com braços em poliuretano, base em aço tubular oval, com acabamento aluminizado - linha dialogo polytrop.

Quantidade: 23 (vinte e três) unidades

**1.7. Sofá de 1 lugar**

Sofá de um lugar, marca Giroflex, em tecido lã xadrez, cor verde jade, com braços em poliuretano, base em aço tubular oval, com acabamento aluminizado - linha dialogo polytrop.

Quantidade: 5 (cinco) unidades

**2.Especificação do material a ser utilizado**

**2.1 Para os itens 1.1, 1.2., 1.3. e 1.4.: Similicouro**

Similicouro Aero Ativo, texturizado, composição 70% PVC e 30% substrato[1], microperfurado, cor verde musgo, marca Sansuy ou equivalente.

Linha de costura: Linha nylon 40, 100% poliamida, cor verde (cód. 9508), marca Linhanyl ou equivalente.

**2.2. Alavancas e botões, originais da marca ou similar compatível**

**2.2.2. Para os itens 1.5, 1.6 e 1.7: Tecido**

Tecido stretch cor cinza (ref. 1396) marca Lady, linha Creative, ou similar, composição 100% polyester.

Para a composição do material serão admitidas variações de até 5% para mais ou para menos em cada um dos componentes.

**3. Localização do mobiliário**

ITEM	PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO
1	50067	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	DEPÓSITO DA SEMPE NO CENTRO DE APOIO
	39878	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	Rua Flor de Trigo, 20/24, km 2,5 – BR040 –
	39745	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	Bairro Jardim Filadélfia –
	39772	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	Belo Horizonte/MG
	39758	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
	39747	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
	39978	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
	39867	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
	36941	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	

37026	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39673	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39810	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
57312	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
37037	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39771	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39680	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39940	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39790	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
36955	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
36951	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
73462	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39877	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
57386	POLTRONA GIRATORIA PARA COORDENADOR E/OU ASSESSOR
37097	POLTRONA GIRATORIA PARA COORDENADOR E/OU ASSESSOR
40061	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39983	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50011	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50024	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39992	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39871	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50020	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50028	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39988	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50133	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50012	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
40035	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50013	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50161	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50155	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
50061	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39901	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES
39910	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES

39702	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39915	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
50092	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39870	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39882	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
50062	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39874	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39886	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39780	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
37039	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
50018	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
37040	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
50019	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39865	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
50202	CADEIRA FIXA PARA INTERLOCUTOR / CHEFIA	
50242	CADEIRA FIXA PARA INTERLOCUTOR / CHEFIA	
37062	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
67471	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
40070	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39990	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39960	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39986	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39829	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
50180	CADEIRA FIXA PARA INTERLOCUTOR / CHEFIA	
39989	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39981	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
39849	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
57289	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
30270	POLTRONA GIRATORIA PARA COORDENADOR E/OU ASSESSOR	
39930	CADEIRA GIRATORIA PARA FUNCIONÁRIOS E/OU CHEFES	
57404	POLTRONA FIXA PARA INTERLOCUTOR (COORDENADOR / ASSESSOR)	
30347	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM	COORDENADORIA EXECUTIVA DA OUVIDORIA - CEO ED. MOZART - AV.

	ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	DO CONTORNO, 7526 - 5º ANDAR
37191	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SEÇÃO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SATEC ED. MOZART - AV. DO CONTORNO, 7526 - TÉRREO
30352	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SALA DA OAB - SPJ - EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 3º ANDAR
40144	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA - CIS EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - TÉRREO
50304	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA - CIS EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - TÉRREO
30349	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SCS EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 2º ANDAR
92057	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	NSEIS - ED. SEDE - AMPRE EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 3º ANDAR
37198	SOFA EM TECIDO: COM 01 LUGAR, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	NSEIS - ED. ANEXO I - SALA DOS APJ'S EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - TÉRREO
30351	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SEÇÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - SEDOP EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 1. ANDAR
40143	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SEÇÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - SEDOP EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 1. ANDAR
57424	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM	SEDUC - ED. ACAIACA ED. ACAIACA - AVENIDA AFONSO PENA, 867 / 20ºANDAR

	ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	
37192	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SEÇÃO DE PESQUISA E CIDADANIA - SEPEC ED. MOZART - AV. DO CONTORNO, 7526 - 7º ANDAR
37188	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA E JUDICIÁRIA - SPJ EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 8º ANDAR
30346	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	GABINETE DA SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA E JUDICIÁRIA - GSPJ EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 8º ANDAR
50297	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA EXECUTIVA DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL - CEJ ED. MOZART - AV. DO CONTORNO, 7526 - 7º ANDAR
50301	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA EXECUTIVA DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL - CEJ ED. MOZART - AV. DO CONTORNO, 7526 - 7º ANDAR
50294	SOFA EM TECIDO: COM 01 LUGAR, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	GJMIII - GABINETE DE JUIZ MEMBRO DA CORTE III - SALA 03 EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 4º ANDAR
50295	SOFA EM TECIDO: COM 01 LUGAR, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	GJMIII - GABINETE DE JUIZ MEMBRO DA CORTE III - SALA 03 EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 4º ANDAR
37194	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 6º ANDAR
67597	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 6º ANDAR
37197	SOFA EM TECIDO: COM 01 LUGAR, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM	COORDENADORIA DE APOIO À GOVERNANÇA DE PESSOAS - CGP

	ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 1. ANDAR
50296	SOFA EM TECIDO: COM 01 LUGAR, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA DE APOIO À GOVERNANÇA DE PESSOAS - CGP EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 1. ANDAR
50299	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SEÇÃO DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA - SAMEO EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 1. ANDAR
50300	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SEÇÃO DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA - SAMEO EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 1. ANDAR
37189	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	GABINETE DA SECRETARIA DE ELEIÇÕES - GSEL EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 9º ANDAR
27918	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA DE SESSÕES - SALA DE JUÍZES EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 3º ANDAR
27919	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA DE SESSÕES - SALA DE JUÍZES EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 3º ANDAR
30350	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE ELEIÇÕES - SEL EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 9º ANDAR
37193	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE ELEIÇÕES - SEL EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 9º ANDAR
30354	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - SOF EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 10º ANDAR

37195	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - STI EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 2. ANDAR
37196	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	GABINETE DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GSTI EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 2. ANDAR
50302	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO E SISTEMAS - CDS EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 3. ANDAR
37190	SOFA EM TECIDO: COM 03 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SGA EDIFÍCIO-SEDE - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - 7º ANDAR
30344	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SEÇÃO DE TRANSPORTES - SETRA EDIFÍCIO-ANEXO III - RUA JOSAFÁ BELO, 36
57423	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS - SGS EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 2. ANDAR
50298	SOFA EM TECIDO: 02 LUGARES, LÃ XADREZ, COR VERDE JADE, COM BRAÇOS EM POLIURETANO, BASE EM AÇO TUBULAR OVAL, COM ACABAMENTO ALUMINIZADO - LINHA DIALOGO POLYTROP - MARCA: GIROFLEX -	GABINETE DA SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS - GSGS EDIFÍCIO-ANEXO I - AV. PRUDENTE DE MORAIS, 320 - 2. ANDAR

0012777-67.2024.6.13.8000

6638275v1

0012777-67.2024.6.13.8000

6669731v1